



Congresso assina acordo com ONU para curso de justiça social

Protocolo de intenções prevê pós-graduação em justiça social, criminalidade e direitos humanos, a ser ministrada em Brasília a partir do segundo semestre em 2018

O Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União fecharam ontem com o Instituto Latino-Americano da ONU para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente um protocolo de intenções para a criação de um curso de pós-graduação lato sensu em justiça social, criminalidade e direitos humanos. A especialização será destinada a funcionários do Poder Legislativo e da administração pública em geral. A expectativa é que o curso

seja ministrado em Brasília, no Instituto Serzedello Corrêa, a escola de governo do TCU, e que as aulas se iniciem no segundo semestre de 2018. De acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, a nova pós-graduação formará “gestores capacitados para criar mecanismos que permitam produzir cidadania e paz na América Latina”. O curso poderá levar à criação de uma universidade da ONU no Brasil nos mesmos moldes das que já existem no Japão e na Costa Rica. **5**



Eunício Oliveira durante a assinatura do protocolo de intenções, entre Raimundo Carreiro, Elías Carranza e André Fufuca

João de Araújo/Agência Senado



Em meio ao debate acalorado, senadores aprovam medida do governo que criou nova taxa de juros para investimentos

Nova taxa de juros do BNDES passa no Plenário

A medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo nos empréstimos do BNDES a partir de 1º de janeiro de 2018, em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo, foi aprovada ontem pelo Plenário, com apenas dois dias para vencer

sua validade. O resultado de 36 votos a favor e 14 contrários foi obtido após muita polêmica. As opiniões dos senadores se dividiram sobre a elevação dos juros, os efeitos sobre novos créditos e os subsídios. **3**

MPs do Funrural e da Mineração aprovam planos de trabalho

Duas comissões para análise de medidas provisórias aprovaram ontem os planos de trabalho. A MP que altera o Código de Mineração será

debatida em pelo menos quatro audiências. E a MP que autoriza a renegociação de produtores com o Funrural terá dois debates. **2**



Berger e deputada Tereza Cristina, relatora da comissão da MP do Funrural

Marcos Oliveira/Agência Senado

Instalada CPI mista para apurar empréstimos ao grupo JBS

O Congresso instalou uma CPI para apurar irregularidades em contratos dos grupos JBS e J&F com o BNDES. Presidido pelo senador Ataídes Oliveira, o colegiado também deve investigar o acordo de delação da JBS. O senador Ronaldo Caiado defende que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, compareça à comissão. **8**

Otto quer verba da Eletrobras para revitalizar o São Francisco

Emenda do senador Otto Alencar a projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos prevê a destinação de recursos da privatização da Eletrobras para um novo fundo de revitalização do Rio São Francisco. A proposta ainda terá que ser votada pela Comissão de Meio Ambiente e, se não houver recurso, seguirá para a Câmara. **4**

Estados vão poder parcelar dívida com Previdência **3**

Mudança na carência do Fies recebe críticas **6**

Flexa defende Pesca vinculada à Presidência **7**

Comissão aprova acordo de leniência via BC **8**

Parlamentares concluem votação de novas metas fiscais

O Congresso votou ontem, e rejeitou, os destaques ao projeto referente à meta fiscal de 2017 e 2018 que haviam ficado pendentes na semana passada. O texto vai para a

sanção presidencial. Agora governo poderá encerrar 2017 e 2018 com um deficit fiscal de R\$ 159 bilhões. Os deficits previstos anteriormente para os dois anos eram menores. **5**



Senadores e deputados se reúnem no Congresso para votar nova meta fiscal

Roque Sá/Agência Senado

Comissões de duas MPs aprovam planos de trabalho

A MP que altera o Código de Mineração e a que autoriza a renegociação de débitos de produtores com o Funrural serão discutidas em audiências públicas no Congresso com a participação do governo

DUAS COMISSÕES MISTAS que analisam medidas provisórias aprovaram seus planos de trabalho ontem. A comissão da medida provisória que altera o Código de Mineração (MP 790/2017) fará quatro audiências. Mas segundo o relator da proposta, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), outros debates deverão ser realizados porque a MP é abrangente.

— O tema é da maior importância para o nosso país. Você tem que ter meios de compensar o município, a população do município, pela instalação desse projeto, que traz demanda de saúde, de segurança, de educação, e para que, ao final da exploração, você tenha a área totalmente recuperada.

A primeira audiência será na próxima terça-feira, sobre mineração e desenvolvimento sustentável. No dia 19, será discutido o tema mineração e sociedade. O terceiro debate, no dia 26, será sobre outorga de direitos minerais. E no dia 3 de outubro está prevista uma audiência sobre incentivo à mineração.

Os parlamentares querem compartilhar as audiências com as comissões mistas das MPs 789 e 791, que também tratam de temas ligados à mineração. A ideia é unificar



Deputada Geovania de Sá, presidente da comissão, e Flexa, relator

os convites ao ministro de Minas e Energia e aos representantes de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para que em uma única reunião possam ser debatidas as três medidas provisórias.

Funrural

O plano de trabalho da comissão mista da Medida Provisória 793/2017, que autoriza a renegociação de débitos de produtores com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), prevê duas audiências, na terça e na quarta-feira da semana que vem, com representantes da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, além de ONGs e do agronegócio.

A MP abre prazo até 29 de setembro para produtores se

cadastrarem no programa de regularização tributária rural.

Parlamentares protestaram contra os percentuais determinados para a adesão ao programa. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou que várias vezes o governo foi condenado pela Justiça por estar cobrando duas vezes o mesmo imposto.

— Produtor rural não é diferente, seja grande, médio ou pequeno. Todos são valorosos, têm o seu mérito e merecem o nosso respeito.

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) propôs que o governo edite uma nova MP, já que o Senado pode votar projeto que elimina a cobrança retroativa das dívidas previdenciárias rurais, consideradas ilegais pelo STF.

A MP 793 deve ser votada até o dia 29.

Airton Sandoval será o relator da denúncia contra Lindbergh Farias

Airton Sandoval (PMDB-SP) foi sorteado ontem para ser o relator da denúncia de José Medeiros (Pode-MT) contra o Lindbergh Farias (PT-RJ) por quebra de decoro parlamentar.

O relator terá cinco dias úteis (contados a partir da intimação de Lindbergh) para aceitar ou rejeitar a Denúncia 2/2017, encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



Sandoval diz que não se pode tolerar ações como a de Lindbergh

— Eu sei que é um peso grande para mim. Sou um novato na Casa ainda e já [vou] chegar aqui e relatar contra um companheiro mais antigo. Mas alguém precisa fazer isso. Nós não podemos continuar aceitando coisas dessa natureza nesta Casa, que é uma das instituições mais importantes do nosso país.

Medeiros afirma que Lindbergh “impediu a continuidade regular” de reunião do Conselho de Ética do dia 8 de agosto, em que era analisada uma denúncia contra as seis senadoras que haviam ocupado a mesa do Plenário contra a votação da reforma trabalhista.

Na acusação, Medeiros exige uma medida disciplinar contra o líder do PT. De acordo com ele, Lindbergh “ofendeu” e “agrediu” os parlamentares, questionou a autoridade do conselho e do seu presidente, João Alberto Souza (PMDB-MA), e “incitou o tumulto”.

Novas regras para certidão de nascimento vão para sanção

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória (MP) 776/2017, que muda a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973) para permitir que a certidão de nascimento indique como naturalidade do filho o município de residência da mãe na data do nascimento, desde que seja num município brasileiro.

Atualmente, a lei prevê que a criança precisa ser registrada como natural do local onde ela nasceu.

O texto, que agora vai para a sanção presidencial, é um projeto de lei de conversão da senadora Regina Sousa (PT-PI) e inclui duas emendas de senadores.

Uma das emendas mantém no atual texto da Lei de Registros Públicos um dispositivo que torna obrigatório o registro de nascimento de criança de menos de 1 ano mesmo diante de óbito.

Com Agência Câmara



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (à frente, 4º à esq.), participa da cerimônia de sanção da lei originária do PLS 744/2015, que cria o Pró-Santas Casas. O programa vai atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que atuam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto, do senador José Serra (à frente, à dir.), foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) em abril e sancionado em solenidade na Câmara dos Deputados pelo presidente da República em exercício, deputado Rodrigo Maia (à frente, 4º à dir.). O programa prevê a concessão de duas linhas de crédito em bancos oficiais, com juros subsidiados pelo governo.

Congresso fecha para visitas no feriado da Independência

O Congresso Nacional estará fechado para visitas amanhã, feriado do Dia da Independência. A medida visa garantir a segurança do local, porque no dia há a previsão de manifestações na Esplanada dos Ministérios. Na sexta-feira e no fim de semana, a visitação funcionará normalmente.

As visitas são realizadas das 8h30 às 17h30 e duram cerca de 50 minutos, com saída de

grupos a cada meia hora.

Temporariamente, a visitação está suspensa às terças e quartas-feiras. Para visitar o Congresso às segundas e sextas, é necessário agendamento no site www.congressonacional.leg.br/visite. A página oferece também a opção de fazer a visita virtual no Senado e na Câmara. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (61) 3303-4671 e (61) 3216-1771.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Telecomunicações**
8h30 A sessão é deliberativa, com 23 itens na pauta, entre os quais o PLS 5/2017, que obriga as empresas de telecomunicações a oferecer cobertura de telefone celular nas rodovias federais e estaduais.
- CAS Profissão de cuidador**
9h Sessão deliberativa com 11 projetos, incluindo o PLC 11/2016, que cria e regula a profissão de cuidador.
- CDR Zona franca no Espírito Santo**
9h Comissão terá sessão deliberativa com 5 itens. Entre eles, está o PLS 90/2017, que trata da criação de uma zona franca no Espírito Santo.
- CTFC Compras on-line**
9h Na pauta da sessão deliberativa estão 6 projetos de lei, como o PLS 243/2014, que dá mais segurança às compras feitas pela internet.
- CCJ Penas maiores para rachas**
10h Entre os 42 itens da pauta deliberativa, estão o PLS 46/2010, que endurece as penas contra competições de carro em vias públicas, e o PLS 310/2016, que prevê que o condenado pague pelas despesas com monitoramento eletrônico.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
10h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa Diretora.
- MP 779/2017 Aeroportos**
10h Comissão mista analisa relatório da medida provisória que muda prazo para que operadoras de aeroportos peçam mudança do cronograma de pagamento das outorgas.
- CMCC Crise hídrica**
14h30 Audiência pública interativa sobre a crise hídrica no Vale do São Francisco e no reservatório da Barragem de Soledade (BA).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Senado aprova MP que eleva juros do BNDES

Com debate acalorado no Plenário e muita polêmica, senadores decidiram pela criação da Taxa de Longo Prazo, que substituirá a TJLP a partir de 1º de janeiro de 2018

DOIS DIAS ANTES de perder a validade, a Medida Provisória (MP) 777/2017, que eleva os juros para novos empréstimos concedidos pelo BNDES, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado por 36 votos a favor e 14 contra. O texto cria a Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a partir de 1º de janeiro de 2018.

Com a medida, os juros do BNDES estarão mais próximos às taxas cobradas pelos bancos privados em financiamentos de longo prazo. A TLP será calculada com base em juros de mercado, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Polêmica

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), contrário à MP, disse que ela desestimulará novos empréstimos.

— Pesquisa da Federação das Indústrias de São Paulo revela que, se essa MP for aprovada, vai haver suspensão de investimentos de longo prazo no país. Se estivesse valendo nos últimos 13 anos, a TLP

teria ficado acima da Selic em dois terços do período.

Armando Monteiro (PTB-PE), que já presidiu a Confederação Nacional da Indústria (CNI), rebateu.

— Vamos criar um ambiente para que todos tenham melhores condições e que o crédito geral possa ser sustentado com taxa de juros baixa e estimuladora dos negócios

Outro a criticar a MP foi José Serra (PSDB-SP). Disse que a “equipe econômica está perdida” e que a MP “é um golpe contra estados e municípios”.

— O BNDES é a única fonte significativa de crédito para investimento. Em meio à maior crise fiscal do país, a TLP encareceria essa fonte. Hoje o saldo da dívida dos estados com o BNDES é de R\$ 37 bilhões. Se a TLP fosse a taxa aplicada, o saldo seria de R\$ 43,5 bilhões.

O texto prevê transição de cinco anos entre a TJLP e a TLP: em 2018 as duas taxas serão equivalentes e o Conselho Monetário Nacional (CMN) definirá novos índices para os quatro anos seguintes.

Os contratos finalizados até dezembro de 2017 continuam remunerados pela TJLP.

Reduzir subsídios

A intenção do governo é reduzir subsídios. Pela regra atual, o Tesouro vende títulos no mercado e repassa o dinheiro para o BNDES, que empresta a terceiros com juros mais baixos. A diferença é subsidiada pelo governo.

De acordo com Ricardo Ferraço (PSDB-ES), os subsídios concedidos pela União em operações com a TJLP atingiram R\$ 240 bilhões nos últimos dez anos. A cifra se refere aos subsídios implícitos, sem previsão no Orçamento.

— Mais de 70% do crédito ofertado pelo BNDES vão para grandes empresas, que têm faturamento acima de R\$ 300 milhões. As micro, pequenas e médias empresas são financiadas pelos bancos privados, sem acesso a essas linhas subsidiadas.

Roberto Requião (PMDB-PR) classificou as mudanças como “incongruências e loucuras” do Executivo. Ele

afirmou que a MP prejudicará a indústria nacional.

— Acabar com a TJLP é decretar a morte definitiva do crescimento industrial brasileiro— sentenciou.

Fontes

O BNDES conta com outras fontes de recursos, além dos títulos do Tesouro, como dos Fundos de Participação PIS-Pasep, de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da Marinha Mercante, remunerados atualmente pela TJLP.

Pela MP, eles serão remunerados pela nova TLP. Mas os repassados e sem aplicação pelos fundos contarão apenas com a taxa Selic.

O líder do governo, Romero

Jucá (PMDB-RR), disse que o FAT deve apresentar déficit de R\$ 18 bilhões em 2017 e que a MP vai equilibrar o seu orçamento.

— O FAT, patrimônio do trabalhador brasileiro, é subvalorizado, diminui em vez de crescer. Com a MP e a TLP, ganha todo trabalhador.

Entre as alterações feitas pelo Congresso, foi incluído artigo para obrigar o BNDES a manter linhas incentivadas para micro, pequenas e médias empresas por pelo menos cinco anos. Outra mudou a fórmula de cálculo da TLP. Incorporou a média trimestral dos rendimentos das Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), com resgate em cinco anos.

O que prevê a medida

Entenda como funcionará a nova referência nos contratos de financiamento firmados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O QUE É A TAXA DE LONGO PRAZO (TLP)?

A Taxa de Longo Prazo vai balizar os empréstimos fornecidos pelo BNDES às empresas. Ela vai substituir a TJLP, instituída em 1994

• A TLP também será usada para remunerar os recursos que o Tesouro Nacional e três fundos públicos, incluindo o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizam ao banco para que este financie projetos da iniciativa privada

COMO SERÁ CALCULADA A NOVA TAXA?

Ela será a soma de dois componentes: a previsão de inflação (IPCA) pelos 12 meses seguintes e a média trimestral dos juros de um título público (NTN-B) com prazo de resgate de cinco anos. O Conselho Monetário Nacional (CMN) vai definir a metodologia de cálculo e o Banco Central fará a divulgação mensal

QUANDO A TLP ENTRA EM VIGOR?

Em 1º de janeiro de 2018. Haverá um período de transição de cinco anos para que a TLP “cheia” entre em vigor. Entre 2018 e 2022 será aplicado um redutor sobre os juros do título NTN-B

• Em 2018, esse redutor será o necessário para deixar a TLP igual à TJLP. O redutor será retirado paulatinamente e, a partir de 2023, a TLP passará a incorporar os juros integrais do NTN-B

O QUE ACONTECERÁ COM A TJLP?

Todos os contratos feitos de BNDES com base na TJLP até 31 de dezembro de 2017 continuarão em vigor até que sejam amortizados



ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS			DESCRIÇÃO	RESULTADO
PSDB S	PMDB SIM	PCdoB NÃO	Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do PIS-Pasep, do FAT, do Fundo da Marinha Mercante e dos financiamentos do Tesouro ao BNDES; e dá outras providências.	SIM 36 NÃO 14 ABSTENÇÃO 0 PRESIDENTE 1 QUORUM 51
PR S	PSDB SIM	PPS		
PMDB	PT NÃO	PRB SIM		
	PP SIM	PSC		
	PSB	REDE NÃO		
	DEM SIM	PTC		
	PR SIM	Minoria NÃO		
	PSD	Governo SIM		
	PODE SIM			
	PDT			
	PTB SIM			

No painel do Plenário: a nova taxa do BNDES, a TLP, foi aprovada por 36 votos favoráveis e 14 contrários

Dívida previdenciária de estado e município poderá ser parcelada

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que parcela o pagamento da dívida previdenciária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (MP 778/2017). A MP foi aprovada na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 25/2017), baseado nas mudanças feitas pelo relator, Raimundo Lira (PMDB-PB). O texto segue agora para sanção do presidente Michel Temer.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a MP “é uma for-

ma de fazer justiça às prefeituras”. Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a proposta é “a favor dos municípios brasileiros”. Para Marta Suplicy (PMDB-SP), é uma “proposição salutar”, devido ao gigantesco endividamento de estados e municípios.

— A MP traz oxigênio aos prefeitos e desamarra-lhes as mãos. Não resolve tudo, mas é um passo na direção certa — declarou Marta Suplicy.

A MP autoriza o parcela-

mento em 200 meses das dívidas com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vencidas até 30 de abril deste ano. A medida vale até mesmo para débitos já inscritos na dívida ativa.

Benefício

Quando editou a MP, em maio, o governo alegou ser necessário reduzir os litígios administrativos e judiciais e o endividamento de prefeituras e governos estaduais. Segundo

a Receita Federal, os estados respondem por dívidas previdenciárias que superam R\$ 14 bilhões. Já os municípios devem pouco mais de R\$ 75 bilhões.

Para contar com o benefício, os interessados deverão pagar uma espécie de entrada, o equivalente a 2,4% do valor total da dívida consolidada, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, de julho a dezembro de 2017. O restante deve ser quitado em até 194

parcelas, com vencimento a partir de janeiro de 2018.

Em relação ao texto original, o projeto de lei de conversão aprovado garantiu aumento do desconto das multas e dos encargos legais, que passou de 25% para 40%. Segundo o relator, o impacto da renúncia fiscal do governo com a mudança será de cerca de R\$ 3 bilhões de 2018 a 2020, aumentando o total de descontos concedidos de R\$ 35,3 bilhões para R\$ 38,3 bilhões.

Taubaté ganha crédito para mobilidade urbana

O Senado aprovou ontem pedido de operação de crédito de US\$ 60 milhões destinados ao município de Taubaté, em São Paulo. O dinheiro da Corporação Andina de Fomento será usado no Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana e Socioambiental da cidade.

A prefeitura prevê investimentos em infraestrutura viária, mobilidade urbana, segurança pública e conservação de áreas verdes. A matéria foi aprovada ontem mesmo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator foi Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) lembrou na comissão que a proposta só foi aprovada porque as contas públicas do município estão em ordem.

— Há estados e municípios que fazem o dever de casa e merecem nosso aval.

Projeto sobre segurança em piscina terá urgência no Plenário

Foi aprovada em Plenário urgência para a tramitação da proposta que regulamenta o uso de piscinas e impõe regras de segurança, como a instalação de proteção para evitar a sucção de cabelos

pelo ralo. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 71/2014 foi aprovado na Comissão Defesa do Consumidor na semana passada relatado pelo senador Dário Berger (PMDB-SC).

Verba da Eletrobras pode ir ao São Francisco

Proposta de Otto Alencar, aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, prevê que recursos da privatização da estatal sejam destinados a um fundo para a revitalizar o rio

O SENADOR OTTO Alencar (PSD-BA) propôs que recursos da privatização da Eletrobras, anunciada pelo governo federal, sejam destinados a um novo fundo de revitalização do Rio São Francisco. Relatório de Otto nesse sentido, com emendas ao Projeto de Lei do Senado 345/2014, foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta seguirá para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), que votará o texto em caráter terminativo.

O PLS 345, apresentado em 2014 pelo então senador Kaká Andrade, trata de incentivos à revitalização da Bacia do São Francisco. Emenda de Otto cria o Fundo de Revitalização do Rio São Francisco, batizado de Salve o Velho Chico!. Deverão ser aplicados nesse fundo, entre outros recursos, os provenientes das privatizações das hidrelétricas da bacia

do próprio rio.

— As futuras gerações poderão enfrentar uma crise hídrica como nunca se enfrentou. O Rio São Francisco está na UTI. Se não houver revitalização, serão perdidos milhões de empregos, de Minas até Juazeiro, na Bahia. Vai precisar de mais de dez anos, colocando no mínimo R\$ 1 bilhão por ano, primeiro desassoreando e depois replantando as matas ciliares dos afluentes — alertou o senador.

Todos os senadores que se manifestaram na reunião da CAE aprovaram a proposta de Otto, como Armando Monteiro (PTB-PE), Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), mas a ideia de usar o dinheiro das privatizações projetadas causou debate.

— Não podemos criar uma relação automática entre isto e a privatização da Eletrobras, com todas as suas consequên-



Na opinião de Otto, Rio São Francisco “está na UTI” e o custo da revitalização pode chegar a R\$ 1 bi por ano

cias nefastas — disse Lídice da Mata (PSB-BA).

Lindbergh Farias (PT-RJ), paraibano de nascimento, concordou com a senadora baiana:

— O debate acabou se misturando com a privatização. Estou convencido de que não

vão deixar um centavo vir para a revitalização. A Chesf [Companhia Hidrelétrica do São Francisco, do sistema Eletrobras] tomou uma decisão por causa da seca, que foi priorizar a água para o abastecimento humano, e não para o fornecimento de

energia. Uma empresa privada não faria isso — exemplificou o senador.

Foi aprovado convite ao diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, para discutir na comissão a situação hídrica do país.

Repasse para segurança poderão ter novas regras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o PLS 247/2016 — Complementar, que garante a estados e municípios repasses da União para a área de segurança pública. O projeto agora segue para o Plenário do Senado e, por ser complementar, precisa do voto de 41 senadores (maioria absoluta) para ser aprovado.

A transferência voluntária

de dinheiro da União para estados e municípios é feita por intermédio de convênios, que fixam obrigações aos entes federados. O descumprimento dessas obrigações implica a suspensão do repasse. A Lei de Responsabilidade fiscal (LRF) excetua as áreas de saúde, educação e assistência social. O PLS 247/2016 inclui a segurança pública entre estas exceções.

O autor, senador Omar Aziz (PSD-AM), argumenta que estados e municípios sofrem com a suspensão de transferências voluntárias devido à inadimplência com alguma obrigação imposta pela LRF. Segundo ele, 96,4% dos municípios estão nessa situação.

Para o relator Ricardo Ferraço (PSDB-ES), as ações de segurança pública são tão importantes quanto as de educação, saúde e assistência social, que já estão nas exceções da lei.

— É fato que a sanção acaba por penalizar injustamente a população do ente que a sofreu, uma vez que não seria ela a responsável direta pela inadimplência que ensejou a suspensão das transferências, e sim o gestor que não cumpriu adequadamente os termos do convênio ou deixou de prestar contas à administração federal.

Texto incentiva quem tem Bolsa Família a comprar material escolar

Quem recebe auxílio do Bolsa Família poderá ter incentivos para comprar material escolar. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 122/2013, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta vai para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Pelo texto, de Lúcia Vânia (PSB-GO), a União poderá firmar convênios com estados e municípios para a adoção de programas de transferência de recursos para a aquisição de material escolar. O público-alvo são as famílias com crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade que estejam matriculados em escolas públicas.

Elas vão receber um cartão magnético com o crédito, e o

material será adquirido em estabelecimentos comerciais credenciados.

O limite de recursos creditados em cada cartão, que será entregue aos responsáveis pelos estudantes, poderá variar de acordo com as etapas da educação básica, as modalidades de ensino e o custo médio estimado do material escolar em cada estado.

Na justificativa, Lúcia Vânia diz ter se inspirado em um programa adotado no Distrito Federal. Para ela, o projeto fortalece a autonomia das pessoas para escolher os produtos que melhor atenderem a preferências pessoais, além de permitir a obtenção de melhores preços e eliminar os custos administrativos dos processos de compras governamentais.



Omar Aziz diz que municípios e estados sofrem com corte de transferências

Avança criação de fundações para gerir doação a universidade pública

A proposta de criação de fundações para gerir doações a universidades públicas avançou ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foi aprovado em turno suplementar, por unanimidade, substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE) ao Projeto de Lei do Senado 16/2015, de Ana Amélia (PP-RS). O projeto segue para o Plenário.

A ideia é facilitar a gestão de doações privadas a instituições públicas de ensino e pesquisa. Segundo o texto, as instituições de ensino poderão celebrar acordos com fundações privadas para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Essas fundações serão as gestoras das doações e não deverão repassar recursos financeiros à instituição apoiada, mas providenciar a execução de projetos por ela indicados. Os valores não poderão ser usados para pagar salários de servidores ou professores.

Comissão mista debaterá impactos da seca no Vale do São Francisco

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas faz hoje, às 14h30, uma audiência sobre a crise hídrica no Vale do São Francisco e a repercussão no reservatório da Barragem de Sobradinho.

Autor do pedido do debate, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) observa que a região se transformou nas últimas décadas num grande polo de desenvolvimento socioeconômico graças à irrigação, mas alerta para o risco de o Vale do São Francisco entrar em colapso em pouco tempo, tendo em vista a escassez de chuvas que tem comprometido o nível do reservatório de Sobradinho.

Foram convidados para o debate representantes do Operador Nacional do Sistema Elétrico, da Agência Nacional de Águas, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Avaliação de políticas públicas será tema de seminário no Rio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) para a realização de seminário no Rio de Janeiro, no dia 22 deste mês, no qual serão apresentados indicadores para avaliação de políticas públicas do Senado. Entre outros, serão convidados representantes dos Ministérios de Minas e Energia, de Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), confirmou audiência em conjunto com a Comissão de Infraestrutura (CI), no dia 26 deste mês, com a presença, entre outros, do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para discutir o programa de privatizações apresentado pelo governo.

Congresso e ONU terão curso de pós-graduação

Senado, Câmara e TCU assinaram protocolo de intenções com instituto das Nações Unidas para abertura de especialização em justiça social, criminalidade e direitos humanos

FOI ASSINADO ONTEM entre o Senado, a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Instituto Latino-Americano da ONU para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) um protocolo de intenções para a criação de um curso de pós-graduação em nível de especialização em justiça social, criminalidade e direitos humanos.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou:

— Espero que este ato seja o primeiro de uma longa e proveitosa parceria. O protocolo que hoje assinamos poderá iniciar um virtuoso processo que levará à criação da terceira universidade mundial da ONU, unindo o Brasil à Costa Rica e ao Japão na busca de contribuições fundamentais para a humanidade.

Eunício assinalou que o controle da segurança pública em toda a América Latina passa pela educação de qualidade, pela prevenção e pelo controle das ações de delinquência e pela implementação de políticas consistentes para a infância e a juventude.

Formação de gestores

O presidente do Senado afirmou que a estimativa dos especialistas é que o continente poderia ter um PIB per capita 25% maior se alcançasse um índice de segurança pública semelhante ao de outras partes do mundo. Ele observou que cabe aos governos debater soluções e elaborar políticas públicas capazes de produzir resultados.

— Com a criação de um curso de pós graduação lato



Eunício discursa na cerimônia de assinatura do protocolo, observado por Carreiro, Sarney, Fufuca e Carranza

sensu, no primeiro momento estaremos formando gestores capacitados para criar mecanismos que nos permitirão produzir cidadania e paz na América Latina — disse o senador.

O presidente do TCU, Raimundo Carreiro, mencionou as auditorias que a instituição vem realizando na área de segurança pública em todo o país, incluindo estatísticas, governança das secretarias estaduais de Segurança Pública e custo e situação do sistema prisional.

Em sua gestão no tribunal, Carreiro disse que elegeu como diretrizes o combate à fraude, a promoção da transparência e a avaliação de serviços públicos e de políticas públicas.

Carreiro ressaltou a presen-

ça do ex-presidente do Senado e da República José Sarney e da desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso na cerimônia.

— Maria do Carmo foi uma das maiores incentivadoras para a assinatura do protocolo, que é um intercâmbio de conhecimento e experiência para as instituições — declarou o ministro.

Comunidade científica

O diretor do Ilanud, Elías Carranza, agradeceu a participação dos três órgãos na criação do curso de especialização e relatou o trabalho da instituição no Brasil desde 2012. Carranza salientou que as taxas mais altas de homicídio do mundo estão na América Latina.

Segundo o especialista, a

previsão é que a nova Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social das Nações Unidas tenha sede em Brasília, com mais três campi no país. A iniciativa, disse ele, já tem o apoio da comunidade científica internacional.

Estiveram também na cerimônia de assinatura do protocolo o coordenador-geral do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime (Coplad), Edmundo Oliveira, o ex-reitor da Universidade da ONU no Japão Heitor Gurgulino de Souza, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, o diretor-geral da Câmara, Lúcio Lopes, e o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, entre outros.

Um grupo de trabalho com representantes do Ilanud e

das escolas de governo do Poder Legislativo — o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara, e o Instituto Serzedello Corrêa, do TCU — já está trabalhando no projeto do curso, que deve aprofundar temas ligados à segurança pública, ao combate à criminalidade e à promoção da justiça social e dos direitos humanos.

A previsão é que sejam abertas, no segundo semestre de 2018, 35 vagas para o curso, que será realizado no Instituto Serzedello Corrêa e destinado a servidores do Legislativo e da administração pública em geral.

Corpo docente

Os candidatos terão de ser graduados e ter conhecimento de inglês e espanhol, já que algumas aulas serão ministradas por especialistas estrangeiros. Outros professores deverão ser selecionados nas instituições promotoras ou entre profissionais com ampla experiência acadêmica e intelectual na área.

Estão previstos três módulos: justiça social, criminalidade e direitos humanos, que vão abordar temas como segurança humana, política criminal, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, violência nas cidades, sistema penal, discriminação social, tráfico transnacional, meio ambiente e direitos humanos e crime organizado. Os temas integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada pela ONU.

Congresso conclui votação do projeto que eleva déficit fiscal para R\$ 159 bilhões

O Congresso Nacional concluiu a votação do projeto de lei que aumenta para R\$ 159 bilhões o déficit orçamentário para este ano.

Proposta pela presidência da República, a meta fiscal terá o mesmo valor em 2018, segundo o texto principal, aprovado na semana passada. Os dois destaques votados ontem foram rejeitados.

Assim, o PLN 17/2017 segue para sanção presidencial na forma em que foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Saúde

Rejeitada pelos deputados por 223 votos a 39, com 2 abstenções, a emenda da senadora Ângela Portela (PDT-RR) tinha como objetivo determinar a aplicação, no Orçamento de 2018, de recursos mínimos em saúde apurados segundo a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, acrescidos da taxa de crescimento populacional estimada pelo IBGE para o próximo ano.

Como os deputados não aprovaram a emenda, os senadores não precisaram votá-la.

O outro destaque rejeitado foi a emenda do deputado Bohn Gass (PT-RS) que garantia que, no Orçamento de 2018, os recursos destinados à educação fossem os mesmos de 2017 corrigidos pela inflação e acrescidos da taxa de crescimento populacional estimada pelo IBGE.

O projeto, que segue para sanção, autoriza o governo federal a encerrar 2017 e 2018 com um déficit fiscal de R\$ 159 bilhões. Outros três destaques ao texto já haviam sido rejeitados em agosto.

Sem alterações

Diversos senadores da oposição discursaram defendendo a aprovação das emendas, que, segundo eles, trariam mais recursos para as áreas de educação e saúde. Entretanto, senadores da base governista apontaram a necessidade de o país aumentar o déficit da

meta fiscal para que o Orçamento fique dentro da realidade.

O relator do PLN 17/2017, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), disse que o governo teve de aumentar o déficit porque o cenário fiscal do país está deteriorado, com frustrações de arrecadação e com a retomada econômica em ritmo lento.

Política suicida

O deputado Henrique Fontana (PT-RS), por sua vez, afirmou que o governo Temer está “afundado na corrupção” e tem uma “política econômica suicida que liquida empregos”. De acordo com Fontana, o déficit da União já ultrapassaria os R\$ 187 bilhões.

Para ele, a mudança na meta fiscal estaria encobrindo cortes no Bolsa Família e no salário mínimo.

Os deputados Robinson Almeida (PT-BA), Afonso Florence (PT-BA), Décio Lima (PT-SC), Erika Kokay (PT-DF), Benedita da Silva (PT-RJ), Glauber Rocha (PSOL-RJ) e outros também

se posicionaram a favor da aprovação dos destaques, enquanto os deputados Delegado Edson Moreira (PR-MG), Claudio Cajado (DEM-BA) e outros defenderam a manutenção do texto do Executivo como essencial para a economia do país.

Prazos

O governo tinha pressa em aprovar o PLN 17/2017, porque queria enviar o Orçamento já com a meta revisada de R\$ 159 bilhões. No entanto, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2018 acabou sendo enviado ao Congresso sem a nova meta fiscal.

A meta anterior era de R\$ 139 bilhões para este ano (LDO 2017) e de R\$ 129 bilhões para 2018 (LDO 2018). O governo alega que a revisão da meta é necessária porque as despesas obrigatórias (determinadas por lei) estão crescendo, enquanto as receitas estão em queda.

Desde 2016, os gastos obrigatórios estão acima da receita líquida da União.

Fim do prazo de carência do Fies é criticado

UNE disse, em audiência, que projeto prejudica estudantes que hoje têm dificuldade de encontrar emprego ao sair da universidade.

AS REGRAS DO novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que acabam com o prazo de carência para início da quitação da dívida do financiamento, foram criticadas em audiência pública ontem. A comissão mista que analisa a Medida Provisória 785/2017 ouviu a representante da categoria estudantil Bruna Brelaz, diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A estudante defendeu a necessidade de regulamentação e aperfeiçoamento do Fies, porém deixou claro que as alterações devem ocorrer em prol do estudante. Ela destacou a atual crise econômica e a modificação da medida para acabar com o prazo de carência.

— Essa diminuição do pra-

zo de carência nos preocupa muito porque prejudica o estudante que precisa estruturar a sua vida profissional após o término da graduação. É contraditório com o período em que estamos vivendo de crise econômica. Hoje o estudante sai da universidade e não consegue um emprego em três meses ou até mesmo em um ano — disse.

A representante estudantil ainda indicou que, no Nordeste, 50% dos jovens de 21 a 24 anos estão desempregados. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) classificou o fim do prazo de carência como uma mudança “desconexa da realidade” de crise atual.

O relator da matéria, deputado Alex Canziani (PTB-PR), não descartou a possibilidade de o aluno só começar a pa-



Deputado Alex Canziani, relator da MP que muda regras do financiamento estudantil, e Bruna Brelaz, da UNE

gar o financiamento a partir do momento em que estiver empregado.

— Enquanto a pessoa não tem renda, ela não paga o financiamento, a partir do momento que ela está no mercado de trabalho por que não ela passar a pagar? Não seria melhor e mais justo? — questionou.

A possibilidade de aumento

de mensalidade e taxas extras fora do valor financiado por parte das universidades privadas também foi um ponto levantado por Bruna Brelaz. Ela apontou a necessidade de um ensino superior de qualidade não só nas universidades públicas, mas também nas particulares.

O número limitado de vagas para alunos de baixa renda,

apenas 100 mil, segundo o projeto, foi criticado pelos parlamentares. O deputado Átila Lira (PSB-PI) chegou a classificar como uma “meta tímida” que poderia atrapalhar as futuras campanhas eleitorais.

A comissão deve ouvir ainda representantes do sistema financeiro e do governo nas próximas audiências públicas.

Debate vê desafios para mercado de carbono avançar

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promoveu ontem uma audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) 95/2012, que determina a autorização prévia da Funai para a inclusão de territórios indígenas no mercado de créditos de carbono. O senador Jorge Viana (PT-AC), relator do projeto, lembrou que os créditos de carbono são um tema atual, mas exigem cuidados.

— É um tema muito presente, mas também é uma questão mercadológica muito delicada. Nós, por termos a floresta que temos, a biodiversidade, a

responsabilidade com nossos povos indígenas, precisamos ter muito cuidado na hora de trabalhar essa legislação — afirmou.

Os participantes da audiência apresentaram as estratégias do governo para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e atingir as metas de redução de emissão de carbono. O secretário de Mudanças do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Everton Frask Lucero, apontou a diferença entre o mercado de carbono e outras formas de incentivo à conservação. Lucero observou que a comercializa-

ção de créditos de carbono ainda não prevê a proteção da população tradicional nem exigências de desenvolvimento sustentável e que, por isso, seriam necessários mais estudos para a promoção dessa prática em áreas indígenas.

— No caso do mercado de carbono, não existem essas salvaguardas. Essa é uma discussão bastante complexa, mas que não deve levar a uma definição exclusivamente do ponto de vista legal de como se daria a apropriação ou autorização de apropriação de créditos em terras indígenas. Há elementos complexos que precisam ser considerados nesse contexto.

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia na audiência, Márcio Rojas, abordou o avanço das mudanças climáticas até o ano 2100. As Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste terão aumento de temperatura e mais seca, enquanto o Sul e o Sudeste terão aumento de temperatura e um regime de chuvas intensas, com o aumento de enchentes nas regiões mais populosas.



Pedro Chaves lê o seu relatório ao projeto, ao lado de João Alberto Souza

Federalização da educação básica será tema de duas audiências

A federalização da educação, por meio de transferência de competências dos estados e dos municípios para União, será tema de duas audiências, decidiu ontem a Comissão de Educação (CE). O projeto de Cristovam Buarque (PPS-DF), relatado por Pedro Chaves (PSC-MS), condiciona a chamada cooperação federativa ao aceite da União (PLS 337/2016 — Complementar).

O objetivo da proposta, diz Cristovam, é assegurar a todos estudantes — independentemente do local de residência

e classe social — o acesso a educação básica de qualidade.

Nas audiências, ainda sem data marcada, deverão ser ouvidos representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Instituto Ayrton Senna, da ONG Todos pela Educação e da Câmara dos Deputados, além dos especialistas Simon Schwartzman e Claudio de Moura Castro.



Márcio Rojas, Wellington Fagundes e Everton Lucero em audiência pública

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para relator, Pesca fica vinculada à Presidência

Reunião na terça-feira vai deliberar sobre o parecer à MP 782, que reorganiza a estrutura da administração federal. Foi pedida vista do relatório

A VOTAÇÃO, NA comissão mista, da Medida Provisória (MP) 782/2017, que promove alterações na organização administrativa do Poder Executivo Federal, deve ocorrer na terça-feira. Na reunião de ontem, após o relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ser lido, foi concedida vista coletiva aos integrantes da comissão até a próxima reunião. Entre as mudanças promovidas pela MP, está a garantia de status de ministério para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Uma das mudanças feitas pelo relator é a previsão de que a Secretaria de Aquicultura e Pesca será vinculada à Presidência da República. A MP transferia a Secretaria do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria e Comércio, medida muito criticada por alguns parlamentares.

Várias emendas pediam a volta para o antigo ministério, mas o relator optou por uma



A comissão mista, presidida por Bessa (C), deve votar na terça-feira parecer de Flexa (2º à dir.), lido ontem

solução alternativa.

— Não há necessidade de se ter um Ministério da Pesca, e sim a necessidade de a Pesca deixar de ser deslocada de um lado para o outro à mercê da vontade de segmentos políticos — explicou Flecha, avisando que conversou com a bancada de Santa Catarina, um dos estados mais afetados pela medida, antes de decidir.

Polícias

Flecha também acatou quatro emendas do deputado Laerte Bessa (PR-DF). Uma delas prevê como o Ministério da Justiça exercerá a sua atribuição de fiscalizar as polícias do Distrito Federal, mantidas

pela União. Outra regulamentação a utilização, pelo governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar. A terceira emenda trata da separação dos recursos destinados a esses órgãos do orçamento da saúde e educação do Distrito Federal.

A quarta emenda do deputado cria o Departamento Nacional de Polícia Judiciária no âmbito do Ministério da Justiça. Para o autor da emenda, é notória a carência de órgão central que, respeitando o pacto federativo, monitore a atuação das polícias judiciárias estaduais (polícias civis) e proponha ações de uniformização de procedimentos, prin-

cipalmente para a investigação de crimes graves envolvendo organizações criminosas e homicídios.

Polêmica

Desde que foi editada, em 31 de maio, a MP 782/2017 tem dividido opiniões. A medida confere status de ministro a Moreira Franco, atual chefe da Secretaria-Geral da Presidência e um dos investigados pela Operação Lava Jato, o que garante a ele o direito ao foro privilegiado. Outra MP sobre o assunto (MP 768/2017) perdeu a vigência por não ter sido votada dentro do prazo.

Alegando inconstitucionalidade, três partidos políticos e o

procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com ações diretas contra a MP 782. Segundo os autores, a medida fere dispositivo constitucional que proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP rejeitada ou que perca vigência por vencimento de prazo.

A MP 782 autoriza a extinção de cargos e cria outros novos. Essa é a quinta medida provisória editada, desde 2015, sobre a estrutura organizacional do governo. O texto reduz os órgãos vinculados à Presidência da República, que passam a ser cinco: Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral, Gabinete Pessoal do Presidente da República e Gabinete de Segurança Institucional.

O texto prevê ainda a existência de 22 ministérios e dá status de ministro a outras seis autoridades: os chefes da Casa Civil, da Secretaria de Governo, do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria-Geral da Presidência da República; e o advogado-geral da União, além do presidente do Banco Central. O governo afirma que a MP é um esforço de reorganização administrativa iniciado em 2015.

Parlasul aprova livre-comércio com Palestina

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem um acordo que garante livre-comércio entre o Brasil e o Estado da Palestina e outro que reduz barreiras para voos entre os 22 países-membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, chamado acordo de “céus abertos”.

Os acordos passarão por outras comissões e ainda precisam ser ratificados pelos Plenários do Senado e da Câmara.

A comissão representativa também aprovou o PLS 340/2016, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis elétricos de fabricação

nacional. O texto precisava passar pela representação no Parlasul porque um de seus dispositivos assegura a manutenção do crédito do IPI relativo à quantia paga sobre os veículos elétricos provenientes de países-membros do Mercosul. O projeto ainda passará pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois seguirá para a Câmara.

Vista

O quarto projeto que estava na pauta da comissão representativa era o PL 1.786/2015, que garante aos estudantes brasileiros de cursos técnicos de nível médio o acesso a programas de intercâmbio em instituições do Mercosul. A sua

votação ficou para a próxima semana, porque o deputado Ságuas Moraes (PT-MT) pediu vista para analisar mais a fundo o tema.

Presenças

O presidente da Representação Brasileira no Parlasul, deputado Celso Russomanno (PRB-SP), chamou a atenção dos colegas para o fato de que a delegação do Brasil tem frequentemente comparecido desfalcada de titulares às reuniões do parlamento, em Montevideu, Uruguai. Russomanno comunicou que estabelecerá prazo de dez dias para que os titulares confirmem presença nas viagens, caso contrário, convocará os suplentes.

Medeiros acusa Lula de fazer campanha eleitoral antecipada

O senador José Medeiros (Pode-MT) criticou as caravanas realizadas pelo Partido dos Trabalhadores para promover o ex-presidente Lula pelo Nordeste. Ao questionar quem está custeando essas viagens, Medeiros lembrou que a lei autoriza a propaganda a partir de 15 de agosto do ano eleitoral.

— É isso mesmo que ele está fazendo: propaganda. Todos sabemos que Lula, se não estiver preso pela Lava Jato, será candidato em 2018 — disse Medeiros.



Raupp defende regulamentação da ozonioterapia

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que apresentou projeto (PLS 227/2017) para regulamentar no Brasil o uso da ozonioterapia, técnica que utiliza uma mistura de oxigênio e ozônio com finalidades terapêuticas.

— Em Cuba, que conta com uma das melhores medicinas do mundo, a ozonioterapia está presente em 39 centros médicos. Na China ela já está liberada há 17 anos. Na Espanha é usada para diminuir, com sucesso, os efeitos colaterais da radioterapia.



Integração da América Latina será debatida com chanceler

A integração econômica dos países da América Latina será tema de audiência com o ministro das Relações Exteriores, senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O convite ao chanceler foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A ideia surgiu na discussão de dois projetos que concedem incentivos a iniciativas que favoreçam a integração regional sul-americana (PLS 232/2011 e PLS 726/2011).

O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), considerou boa a intenção, mas apontou problemas nas duas propostas e elaborou voto contrário, aprovado pela comissão.

Segundo ele, as duas propostas apresentam vícios por invadirem competências do Executivo e por desconsiderarem a Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas do Mercosul.

Ao discutir a importância da integração entre o Brasil e

seus vizinhos, Valdemir Moka (PMDB-MS) e Simone Tebet (PMDB-MS) defenderam a conclusão da Rota Bioceânica, rodovia que liga Mato Grosso do Sul ao litoral do Chile.

Segundo eles, para finalizar a obra, só falta metade de uma ponte sobre o Rio Paraguai, que custaria R\$ 150 milhões.

— O Brasil precisa chegar ao continente asiático pelo Pacífico. Nossos produtos chegarão muito mais baratos — disse Simone.



Relator, Ferraço quer discutir dois projetos sobre integração regional

Congresso instala CPI para investigar grupos JBS e J&F

A comissão elegeu como presidente Ataídes Oliveira. O relator, que será um deputado, ainda não foi eleito. Operações das empresas com aportes do BNDES e BNDES-PAR são prioridades da investigação

FOI INSTALADA ONTEM a comissão parlamentar mista de inquérito para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações com o BNDES e BNDES-PAR, ocorridas entre 2007 e 2016.

O presidente eleito, senador Ataídes de Oliveira (PMDB-TO), negou que a criação da comissão tenha o objetivo de retaliar os irmãos Batista ou a Operação Lava Jato. Para ele, o acordo de delação precisa ser bem explicado, diante das dúvidas sobre a atuação do Judiciário e do MPF, a partir das declarações do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sobre os novos áudios da delação do empresário Joesley Batista.

Segundo Ataídes, a CPI mista vai além do acordo de delação e das atividades do grupo JBS. O objetivo, explicou, é investigar detalhadamente eventuais fraudes e irregularidades na aquisição de 21% das ações do grupo JBS em aporte do BNDES-PAR.

Reuniões

A CPI mista vai fazer duas reuniões por semana, às terças e quartas-feiras.

A relatoria, que será exercida por um deputado, vai ser definida na próxima semana, quando também será apresentado o plano de trabalho.

Vice-presidente da comissão, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu que a primeira autoridade a

ser ouvida seja o procurador Rodrigo Janot. E defendeu a transparência das atividades do colegiado.

— Os que estão investidos de cargos públicos não podem usar de suas prerrogativas para interesses pessoais. Estes sim, devem ser combatidos, estejam onde estiverem, e esse deve ser o objetivo maior desta CPMI.

BNDES

O senador João Alberto de Souza (PMDB-MA) afirmou que a CPI mista terá “atuação firme”.

Já o deputado Miguel Haddad (PSDB-SP), que foi vice-presidente da CPI do BNDES na Câmara, afirmou que várias vezes tentou aprovar requerimento convocando os irmãos Batista.

— Esses requerimentos nunca foram aprovados, em função dos votos contrários da bancada do PT, PCdoB e PMDB — acusou.

Para o senador Sérgio Petecão (PSD-AC), se há 15 dias a CPI mista já era importante para o país, agora é muito mais, depois das preocupações do procurador Rodrigo Janot com os áudios do empresário Joesley Batista.



Janot de Anacjiv/Agência Senado

Eunício Oliveira afirma que ninguém deve ter compromisso com o erro

Para Eunício, se for o caso, MP deve cortar na própria carne

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que espera que o Ministério Público não tenha compromisso com o erro e que, se for o caso, “deve cortar na própria carne”. Ao responder a perguntas de jornalistas sobre o conteúdo da gravação entregue por executivos da empresa JBS à Procuradoria-Geral da República, afirmou ainda que a lei deve valer para todos.

— Que ninguém tenha compromisso com o erro, esteja no Poder Legislativo, Judiciário, no Executivo ou entre os membros do próprio MP. A lei tem que valer pra todos, seja pobre, rico, detentor ou não de poder. Se for o caso, há que se cortar na carne — afirmou o presidente do Senado, deixando claro que aguarda a finalização da investigação.

O conteúdo da gravação foi revelado na segunda-feira

pelo procurador-geral, Rodrigo Janot, e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao ser questionado se as investigações, que envolvem o ex-procurador da República Marcelo Miller, ex-assessor de Janot, enfraquecem o procurador-geral em uma eventual nova denúncia contra o presidente Michel Temer a ser enviada à Câmara, Eunício reiterou que seu cargo exige equidistância.

— O Senado não participa deste processo, cabe exclusivamente à Câmara e ao STF acatar ou não uma eventual denúncia. No Senado, tenho que ficar distante, porque em caso de eventual acatamento pelas outras instâncias, caberá ao presidente do Congresso Nacional [que é o próprio Eunício] conduzir um processo de eleição indireta. Portanto, prefiro ficar distante para poder ficar isento.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ataídes (D) e Caiado (E) foram eleitos presidente e vice da CPI mista

Comissão aprova medida sobre acordo de leniência com instituições financeiras

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 784/2017 aprovou ontem projeto de lei de conversão da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) que regulamenta os acordos de leniência do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com instituições financeiras. A medida ainda será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 784 estabelece novo marco regulatório para a san-

ção de acordos de leniência, com aumento do valor das multas para desestimular ilicitudes e concessão de mais poderes ao BC e à CVM para punir condutas lesivas ao sistema financeiro nacional e ao mercado de capitais.

Destaque do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), que reintroduzia na MP os artigos 17 e 36, foi rejeitado. Prevê a criação de dois fundos contábeis para promover in-

clusão financeira e estabilidade do sistema financeiro e do mercado mobiliário. Relatora citou nota técnica da Consultoria de Orçamento do Senado, que aponta falta de normas específicas sobre a gestão, funcionamento e controle dos fundos, o que contraria a legislação em vigor. O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) avisou que apresentará destaque em Plenário para punir gestores, e não as pessoas jurídicas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice, relatora da MP, com Lasier, vice-presidente da comissão mista

Impacto das privatizações na infraestrutura vai ser debatido

O impacto das privatizações na infraestrutura será debatido em duas audiências na Comissão de Infraestrutura (CI). Requerimento de Jorge Viana (PT-AC) foi aprovado ontem. O primeiro debate deve ocorrer em 19 de setembro.

O senador quer discutir as consequências das privatizações anunciadas pelo governo federal em agosto. Serão abrangidas 57 empresas e projetos, incluindo a Eletrobras, a Casa da Moeda, a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex) e os aeroportos

de Congonhas (SP), Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju e outras grandes cidades, além de rodovias e portos.

Segundo Viana, não há clareza sobre as estratégias para cada caso. O anúncio das privatizações e concessões, argumentou o senador, não veio acompanhado da definição do modelo das ações e pressupõe um pacote que mistura ativos, sem estratégia clara ou sem estudos que justifiquem as vendas. Para o senador, isso pode levar à depreciação dos ativos públicos nacionais e a

mais um processo de perda do patrimônio do povo.

Serão convidados especialistas e representantes dos governos estaduais, de organizações da sociedade dos estados e municípios atingidos pelas medidas, de federações de trabalhadores e centrais sindicais, entre outros.

Outro requerimento aprovado ontem foi apresentado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e tem por objetivo convidar várias entidades envolvidas com o setor de energia para discutir a proposta de

privatização da Eletrobras. O pedido é um complemento ao que já havia sido aprovado pela comissão de convite ao ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para tratar do tema. O ministro deve comparecer à CI no próximo dia 26, como anunciou o vice-presidente da comissão, Acir Gurgacz (PDT-RO).

Serão convidados o secretário de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários, Fernando Antonio Pereira; o presidente da Confederação Nacional dos Urbanitários,

Paulo de Tarso Costa; o técnico Gustavo Teixeira, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; o diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Artur Obino; o diretor Gunter Angelkorte, da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; o coordenador Gilberto Cervinski, do Movimento dos Atingidos por Barragens; o diretor Agenor de Oliveira, do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético.